

A CIDADE MUNDIAL DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO ACIRRA A DIFERENCIAÇÃO DE LUGARES URBANOS NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Marcio Pereira Santos

Departamento de Geografia
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Geógrafo, Doutor em Ciências (marciope@yahoo.com)

Recebido 5 de dezembro de 2011, aceito 21 abril de 2012.

Resumo - O advento da globalização, dominado pelo fenômeno da internacionalização do capital, vem influenciando as relações de produção entre sociedade urbana e espaço desde o final do século XX. Neste artigo, discutimos a diferenciação estrutural e social dos lugares urbanos na cidade mundial dos países em desenvolvimento utilizando como exemplo a cidade de São Paulo. Refletimos sobre como os lugares são diferenciados identificando algumas variáveis do processo de valorização do solo urbano e de produção de espaço, como a difusão da tecnologia, da ciência, da informação, novas formas de governança, administração e gerenciamento produtivo - que buscam facilitar o processo de acumulação e circulação de capital.

Palavras-chave: Globalização, Espaço, Lugar, Produção, São Paulo.

Abstract - The Globalization phenomenon has been dominated by the international expansion of financial resources worldwide. This expansion has been influencing production relations between urban society and space since the end of the 20th century. This paper discusses the structural and social differentiation of urban places within the World cities of developing countries using the city of Sao Paulo, Brazil, as an example. We speculate on how structural and social differentiation of urban places in the World Cities takes place, and on which variables influence the production of space and land valorization, such as the diffusion of science, technology and information, and the new

models of urban and production government - which facilitate financial resources accumulation and circulation.

Keywords: Globalization, Space, Place, Production, Sao Paulo.

A CIDADE MUNDIAL DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO ACIRRA A DIFERENCIAÇÃO DE LUGARES URBANOS NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

O advento da Globalização vem mudando as relações de produção entre sociedade urbana e espaço. Esse novo período histórico, dominado pelo processo de internacionalização do Capital em escala global, vem influenciando as variáveis da produção de espaço pela sociedade urbana. Variáveis da produção de espaço vistas principalmente nas mudanças na divisão social e territorial do trabalho, da produção; na valorização do solo urbano; na difusão da tecnologia, da ciência e da informação; assim como na imposição de novas diretrizes para a administração e governança urbana.

Esse novo momento da produção do espaço urbano é um fenômeno constatado de maneira mais significativa nas cidades mundiais. A emergência das cidades mundiais é um dos fenômenos mais marcantes da Globalização, constatado principalmente a partir do último quartel do século XX. Tais cidades representam uma fração da formação sócio-espacial de um dado território nacional que está em sintonia direta com o fluxo econômico-financeiro, técnico-científico, populacional, político e cultural do mundo; passando a ser no território de seu país a porta de entrada e saída de capitais, de populações, de modernizações técnico-científicas e culturais.

Por tudo o que representa e sustenta, a cidade mundial tornou-se uma fração do espaço onde se manifestam de maneira mais candente os conflitos civilizatórios contemporâneos, dentre os quais destacamos os problemas que envolvem o habitar, o conviver e o meio ambiente no espaço urbano, o espaço urbanizado. A cidade capitalista contemporânea, sobretudo a cidade globalizada, renova e traz ao debate temas como as desigualdades de distribuição das riquezas e da sociedade no espaço urbanizado, como o tema da segregação urbana. Todavia esse tema, da segregação urbana, quase sempre é retomado em termos históricos equivocados, e tem chamado a atenção dos pesquisadores do processo de urbanização em vários países, como lembrou Edmond Préteceille (2004) em seu artigo “*A construção social da segregação urbana: convergências e divergências.*”:

“A análise crítica da segregação social parece ser um dos temas mais compartilhados pelos pesquisadores da maioria dos países onde as ciências sociais se desenvolveram no campo do estudo das cidades. Nestes casos, pode-se perceber o efeito, em três quartos de século, da difusão das idéias da primeira Escola de Chicago, de R. Park e E. Burgess (1925), geralmente considerada como tendo constituído o nascimento da sociologia urbana enquanto disciplina científica. Esta tradição comum foi reforçada no período recente pela difusão de um novo paradigma, o da cidade global, onde uma das características seria a dualidade social e espacial nas maiores metrópoles. Em suma, poder-se-ia dizer que o tema da dualidade urbana da cidade global atualiza, nas condições da economia capitalista dominada pela globalização financeira neoliberal, os esquemas de segregação na

cidade capitalista que a Escola de Chicago tinha evidenciado desde os anos 20, cujos processos de produção foram analisados pela pesquisa urbana neomarxista dos anos 1960-70.” (PRÉTECEILLE, 2004, p. 11).

Diferentemente das cidades tradicionais do período urbano industrial, ou de um grande centro urbano qualquer de países menos desenvolvidos, a cidade mundial passou a definir níveis espaciais com características comuns a outras cidades de mesmo porte. Tornou-se uma cidade liberal e empreendedora. Esta cidade passou a padronizar, cada vez mais, a configuração territorial, onde um meio técnico-científico moderno produz infra-estruturas comuns, adaptando e condicionando o espaço de assentamento urbano para serem recebidas, ao mesmo tempo em que permitem à organização da produção e do trabalho comunicarem-se e padronizarem-se constantemente. São as novas tecnologias de comunicação entre a população, empresas e o governo (fibras óticas, tecnologia “wireless”, internet); de transporte e circulação de mercadorias (Just-in-time, sistema de informações, rastreabilidade), de valores (integração entre bolsas, novas formas de contrato) e indivíduos (meios de transportes públicos e privados mais eficientes); semelhante “design” de construções (edifícios inteligentes, rodovias, aeroportos e portos mais modernos e padronizados); semelhantes modelos, métodos e técnicas de governança, etc. Esse processo, constatado de modo mais candente na cidade mundial, tornou-se cada vez mais global a partir do início da década de 1980, como alertou Manuel Castells (1984).

“Cidades e regiões experimentam, em todo o mundo, uma mudança fundamental sob o impacto conjunto de dois processos interligados: a revolução tecnológica em curso particularmente no campo da micro-

electrônica e das comunicações, e a reestruturação do capitalismo (e da economia internacional) que tenta ultrapassar a crise mundial dos anos 70.” (CASTELLS, 1984, p. 5).

Na atual fase da globalização a cidade mundial passou a concentrar as maiores riquezas e mecanismos da produção do conjunto formado pelo “*Ambiente Construído*”, entendido por David Harvey como “... *a totalidade das estruturas físicas - casas, ruas, fábricas, escritórios, sistemas de esgotos, parques, equipamentos culturais e educacionais.*” (HARVEY, 1982, p. 7), e do conjunto do Consumo Coletivo de Manuel Castells (1981) que, de maneira menos empírica que Harvey, incorpora os bens de produção que, por sua origem e extensão, tendem a ser mais suportados pelo “*Capital em Geral*” - o Estado - do que o capital privado; como as infra-estruturas de água, luz, esgotos, pavimentação, habitações, escolas, etc. As cidades globais concentram aquilo que Milton Santos (1996) denominou de “*redes materiais*” e “*redes sociais*”, “*sistemas de engenharia*”, responsáveis pela “*Configuração Territorial*”:

“As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos. Mas essa mudança não é aleatória. Cada movimento se opera na data adequada, isto é, quando o movimento social exige uma mudança morfológica e técnica.” (SANTOS, M. 1996, p. 209).

Em nossa monografia sobre o tema utilizamos as redes materiais como:

“... um conjunto de objetos produzidos num dado modo de produção,

capazes de se difundirem pelo espaço, promovendo um intercâmbio técnico e informativo entre seus diferentes níveis, possibilitando, com isso, a existência de uma dada padronização técnica mundial.” (SANTOS, M. P. 2000, p. 15).

A DIFERENCIAÇÃO ESTRUTURAL E SOCIAL DE LUGARES URBANOS NA CIDADE MUNDIAL DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: O CASO DE SÃO PAULO

Essa riqueza do Capital em Geral, do Ambiente Construído, da Configuração Territorial, na atual fase da Globalização, está sendo gerida por um determinado modo de governança urbana que esta se associando cada vez mais ao Capital Corporativo. Esta associação mais do que modernização da gestão pública, da busca por melhorias de serviços urbanos e na qualidade de vida para população, no que diz respeito às intervenções no ambiente construído, vêm atuando em parcelas do espaço urbano, que oferece vantagens futuras à busca por rentabilidade do capital especulativo ocioso, que investe na especulação imobiliária. Tal orientação acaba por promover o efeito contrário à busca de uma qualidade de vida urbana equitativa a todos os cidadãos ao estimular a distribuição desigual de recursos no espaço, ao mesmo tempo em que propícia sua apropriação de maneira privada, mesmo quando sendo originalmente públicos. Esta associação Capital em Geral e Capital Corporativo, que ganhou força a partir do início da década de 1970, como comentamos mais adiante, passou a ser denominada de associação público - privado. Esta associação, ao interferir nas práticas administrativas urbanas, assim como na gestão do fundo público, vêm transformando a cidade globalizada em uma cidade liberal e empreendedora

que, sobretudo nos países em desenvolvimento, foi dominada por certo tipo de governança urbana que distribui mal os benefícios infra-estruturais. No caso específico da cidade de São Paulo, o braço direito da associação público-privado interferindo na governança urbana voltada para intervenção no ambiente construído, através do planejamento urbano, tem sido as chamadas “*Operações Urbanas*”, institucionalizadas pelo Plano Diretor do Município em 1988. A Operação Urbana é um instrumento legal criado com a finalidade de oferecer direitos adicionais de intervenção urbana localizada, isto é, poderes acima das operações construtivas permitidas pelo plano diretor que controla o uso e ocupação do solo da cidade – zoneamento urbano. Desde a sua instituição, as Operações Urbanas vêm sendo sistematicamente utilizadas como instrumento de investimento e especulação imobiliária, isto é, não têm sido um instrumento de planejamento voltado para o alívio e busca de qualidade de vida urbana através de melhorias no ambiente construído em regiões realmente precárias da cidade; mas sim, uma oportunidade para a realização de negócios e reinversões do Capital Ocioso local e internacional no espaço urbano. Um dos instrumentos legais que tais operações se utilizam para facilitar o investimento do setor financeiro é o Certificado de Potencial de Área construída (CEPACs), que se trata de títulos oferecidos pelo governo e vendidos em leilões públicos à iniciativa privada. O maior exemplo deste movimento da associação público-privado atuando em São Paulo é a “Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo”, fundada em 1991. Esta associação, conhecida como “Associação Viva o Centro”, inicialmente objetivando atuar junto a órgãos da administração pública da região do centro da cidade, tinha como uma de suas diretrizes “*Criar novas formas de gestão e de exercício do poder local*” (1996, p05), dentro da qual

reconheciam a necessidade de promover novas formas de gestão urbana junto ao poder público:

“Apesar da importância da Área Central para a metrópole, nunca se estabeleceu na região uma linha de atuação articulada, nem uma instância executiva de atuação voltada especificamente para ela. A efetivação de uma ação voltada para esse fim pressupõe novas formas de gestão urbana e de exercício do poder local. A criação de uma estrutura administrativa descentralizada, com poder decisório próximo à população, atuando através da gestão integradas dos vários setores da administração é fundamental para permitir uma penetração mais ampla e ágil das demandas, assim como o atendimento adequado às especificidades locais.” (ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, 1996, p. 05).

Ao longo de vinte anos, a Associação Viva o Centro sendo predominantemente dirigida por agentes corporativos ligados ao setor bancário internacional e nacional, Bolsa de valores, comerciários e do setor de serviços ligado à hotelaria, dentre outros, ampliou sua influência e tornou-se uma das mais fortes associações corporativas que atuam junto à governança pública do município de São Paulo (**Figura 1**).

No empreendedorismo urbano global a riqueza urbana desigualmente distribuída e apropriada vem promovendo um aumento das diferenças entre a parcela da população que dispõe de capital e a maior parte da população que dispõe de poucos recursos para poderem sobreviver dentro das exigências da sociedade urbana moderna. A cidade mundial diferencia lugares urbanos dotados de objetos modernos, com infra-estruturas capazes de atender as exigências do



Figura 1. Boletim “Informe Viva o Centro”: exemplo de empreendedorismo urbano através da associação público-privado. Fundada em 1991, liderado pelo Banco de Boston, a “Associação Viva o centro” atualmente põe em pratica varias projetos de intervenção urbanística ao redor do Centro histórico da cidade de São Paulo. Tornou-se uma das mais importantes associações lideradas por setores corporativos que influenciam as “Operações Urbanas”, como a “Operação Urbana Centro”.
 Fonte: “Informe Viva o Centro” Ano XVII Abril 2009, n°. 251.

circuito global de valores, informações, pessoas e mercadorias; e lugares urbanos ainda escassos de infra-estruturas básicas ou insuficientes ao viver cotidiano. Essa diferença na distribuição dos recursos, também, há muito já ultrapassou a questão da acessibilidade da população às riquezas urbanas. Isto porque tal como os objetos e os equipamentos do ambiente construído, a população também passou a se distribuir e se organizar, de maneira paradoxal, qual seja, semelhante

e desigual, concentrada e fragmentada. Semelhante porque dentro desta cidade mundial ocorre uma agregação cada vez maior da população por renda e classe. Desigual porque este tipo de agregação se dá cada vez mais em lugares específicos e de forma cada vez mais densa, seguindo os rigores da desigualdade de renda, daí, em sua extensão, a metrópole se demonstrar fragmentada. Em 1990, visionário que foi, Milton Santos escreveu um livro intitulado “*Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*”, no qual analisou, descreveu e antecipou muitos dos problemas e conflitos urbanos da metrópole paulistana que hoje vivemos, como a grave questão habitacional: “*A situação habitacional na grande cidade de São Paulo, uma das respostas à problemática anteriormente enunciada, é reveladora da crise profunda que vive a sociedade urbana e constitui um aspecto visível de uma estrutura socioeconômica flagrantemente desigualitária.*” (SANTOS, M. 1990, p.37). Na cidade de São Paulo hoje é de fácil constatação empírica a concentração de prédios em lugares dotados de infra-estruturas modernas, em contrapartida o adensamento vertical das residências precárias nas periferias e áreas de risco, já analisadas no citado livro. A periferia desta metrópole, desde aquela década, vêm se verticalizando, formando uma paisagem densa ocupada por casas de alvenaria empilhadas. Esse fenômeno de distribuição desigual de recursos pelo espaço também gera um aumento do processo de exclusão social e territorial do trabalho porque, dos diferentes lugares que se formam, surgem aqueles que não têm vida econômica significativa no espaço urbano como um todo, mas sim uma renda local dominada pela informalidade, ou seja, não aferem renda aos grupos corporativos que dominam a distribuição e o investimento de benesses. Identifico estes lugares da cidade dos trocadinhos, estorvo da cidade bilionária. Na cidade

global liberal, mais que as outras ligadas ao urbanismo keynesiano, as pessoas são classificadas e categorizadas por sua capacidade de consumir espaço e pagar pelas benesses do equipamento públicos tradicionais e modernos que o urbano oferece. Hoje, com o recurso das tecnologias da Informação, certas empresas que dispõem de concessões públicas possuem informações mais detalhadas sobre o perfil de bairros, assim como lotes urbanos. Com esses dados, estas empresas estão selecionando parcelas da cidade onde os moradores possuem maior renda e estão dispostos a pagar pelo serviço e deixando outras parcelas, onde moradores devem ficar a espera do barateamento do custo do investimento. No caso da cidade de São Paulo, este movimento do Capital Corporativo concessionário público, desde o início da década de 1990 vêm escolhendo algumas áreas urbanas bem características para instalar inovações que facilitam o circuito de capitais, informações e pessoas, qual seja, o trecho urbano ao longo do sudoeste da cidade a partir da Avenida Paulista, seguindo-se em direção às marginais Pinheiros e Tietê, incorporando também o início das rodovias Anchieta e Imigrantes. Um exemplo desta distribuição pode ser vista na **Figura 2**, onde de posse de dados da Secretaria Municipal de infra-estruturas divulgadas como “*Extensão de Redes Aprovadas de Infra-Estrutura Urbana por finalidade 2003 a 2008*” dispusemos o número relativo da extensão investida em Fibra Óptica e Telefonia no município.

Na região em torno do Sudoeste da cidade passaram a se concentrar setores da moderna economia de serviços, como as de consultoria de software e hardware (**Figura 3**). Um dos mapeamentos de dados, realizados em 2007 pela Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo (SEMPPLA), atual Secretaria

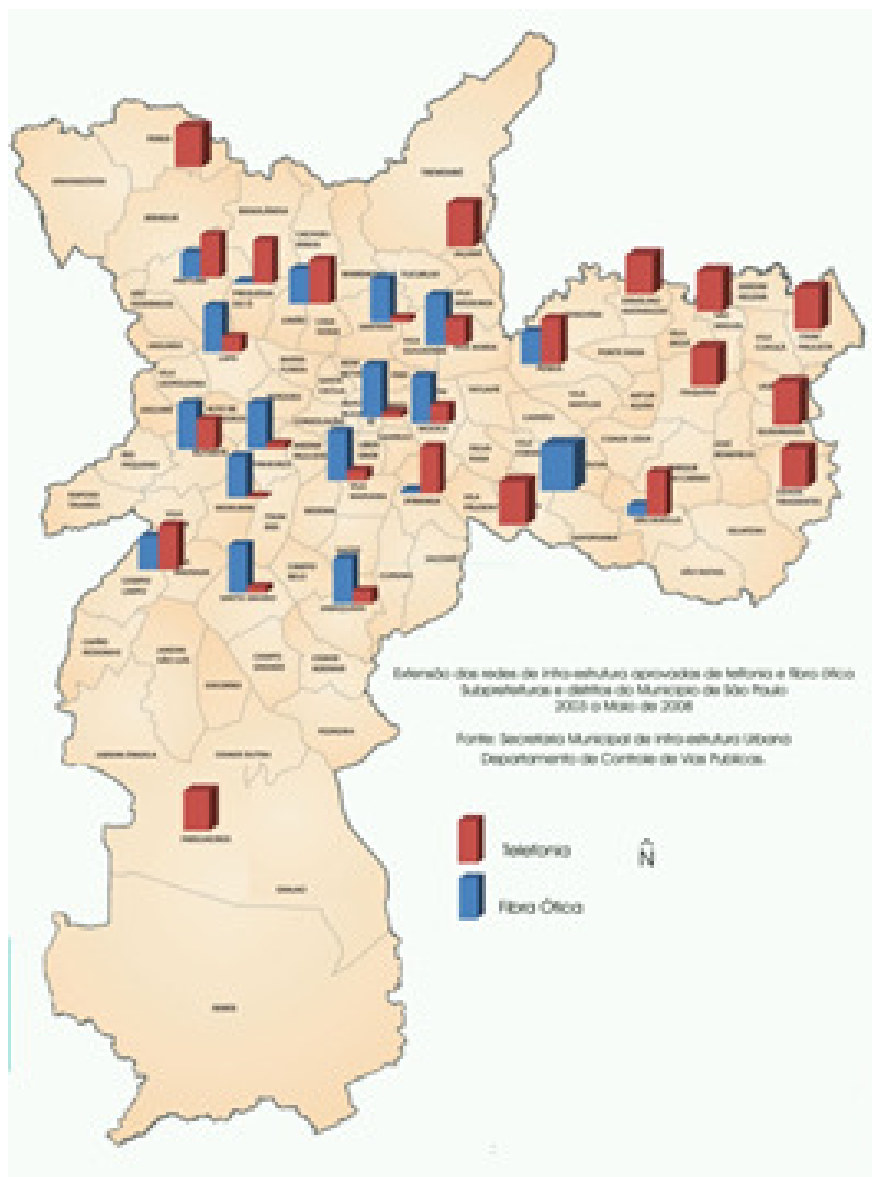


Figura 2. Mapa das redes aprovadas de infra-estrutura urbana de Telefonia e fibra Ótica entre 2003 e 2008 no Município de São Paulo. Adaptação nossa a partir de dados da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana/ Departamento de Controle de Vias Públicas.

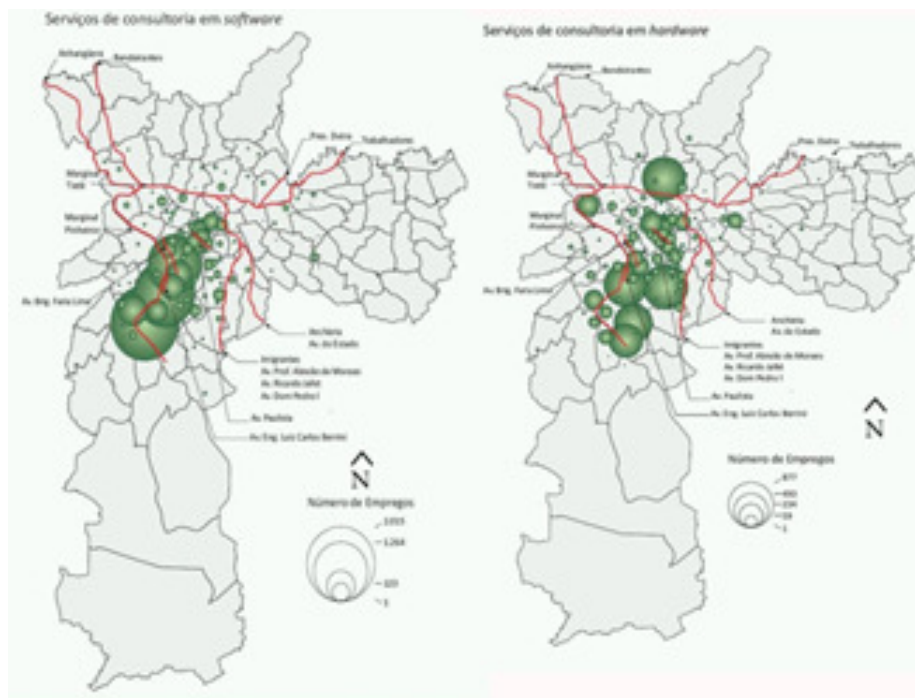


Figura 3. Serviços de consultoria em software e hardware. (SEMPLA. 2007).

Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), publicado no estudo “*Olhar São Paulo: contrastes urbanos*” (SEMPLA, 2007) demonstraram essa tendência:

“Os mapas dos setores ligados à informática exprimem as preferências locacionais dos chamados serviços modernos, isto é, aqueles com alta densidade tecnológica. A visualização das informações indica a formação de um eixo, que parte do centro histórico em direção à Av. Luiz Carlos Berrini, passando pela Av. Paulista e Av. Brig. Faria Lima.” (SEMPLA, 2007, p.20).

Existem bairros, lotes urbanos, ruas, lugares, dentre os quais também os geralmente classificados como lugares urbanos excluídos, lugares urbanos deteriorados que, de maneira geral, são lembrados pelos gestores públicos e empresas concessionárias de serviços apenas quando da chegada de processos de valorização ou em momentos de tragédia e conflitos. Podemos exemplificar esse fenômeno, no caso da habitação, nos utilizando de mais dados reunidos nas análises do citado documento da SEMPLA (2007), no qual, desde o ano de 2000, cerca de 3.4 milhões de pessoas já viviam em assentamentos urbanos precários, dentre os quais, 1,2 milhões em favelas e 600 mil em cortiços, ocupando áreas periféricas e áreas consideradas degradadas no centro da cidade. A questão da habitação nesta cidade é um dos exemplos clássicos de como a população de baixa renda resolve de maneira precária sua carência de abrigo. Carência de abrigo esta que faz com que esta parcela da população ponha em risco a própria vida: segundo levantamento e mapeamento realizados pelo Centro de Tecnologias Ambientais e Energética do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), no ano de 2010, a cidade de São Paulo apresentava 407 áreas classificadas como de risco muito alto, aonde se identificaram 29 mil moradias abrigando um contingente de aproximadamente 115 mil habitantes; soma-se a esse impressionante número as áreas classificadas como de médio e baixo risco, que abrangem cerca de 105 mil moradias (IPT, 2010). De posse do mapa “*Distribuição de favelas no Município de São Paulo*” de 2008 (SEMPLA, 2008), distribuímos a localização destas áreas de risco levantadas pelo citado estudo do IPT a fim de demonstrar a relação entre a necessidade de moradia e a precariedade das soluções encontradas (**Figura 4**).



Figura 4. Distribuição das favelas no Município de São Paulo. (SEMPHA. 2008). Acrescentado da distribuição das áreas de risco. (IPT. 2010). Associação de informações: Marcio P. Santos.

Quando a habitação, a água, o saneamento, a eletricidade, o transporte, dentre outros serviços básicos não vêm, mas também a tevê a cabo, a internet, a população tende a resolver os rigores da sobrevivência e do consumo urbano a seu modo (**Figura 5**).

Por outro lado, ainda neste caso específico da cidade de São Paulo, o processo de produção do espaço denuncia que, aonde o Capital vai, a valorização imobiliária vai atrás. Seguindo o exemplo da área de concentração dos serviços de consultoria em software e hardware citados anteriormente, também na região em torno das marginais Pinheiros e Tietê, do trecho Sudoeste da Avenida Paulista, acrescentado do início das rodovias Imigrantes e Anchieta, dotados de farta infra-estrutura, passaram se concentrar os lançamentos residenciais entre 1992 e 2005, tanto em número quanto em área, segundo dados da Embraesp, de 2007, mapeados pela SEMPLA, em 2008 (**Figura 6**).

Esse processo de globalização, modernização e exclusão, orientando os rumos da relação sociedade e espaço, acabando por acirrar conflitos urbanos históricos, (**Figura 7**) também foi detectado, no início da década de 1980, por Manuel Castells (1986), quando o adjetivou de esquizofrenia urbana:

“As maiores áreas metropolitanas experimentam três processos articulados, mas distintos, dentro do mesmo espaço: crescimento dos serviços empresariais e da produção industrial de alta tecnologia, declínio das actividades tradicionais (tanto ao nível dos serviços como da produção industrial) e desenvolvimento dos novos sectores económicos desqualificados, embora em proliferação. Este processo de crescimento polarizado cria esferas de atividade muito diferentes, embora às tenha de



Figura 5. Deslizamento de terra no Morro dos Macacos, Zona Sul de São Paulo, com 2 mortos e 59 casas interditadas. Fonte: <http://tudoglobal.com/> (08/07/2011); As ligações clandestinas de eletricidade, chamadas de “Gatos”, chegam a 45 mil no município de São Paulo. Fonte: <http://www.band.com.br/noticias/cidades/noticia/?id=306537> (25/05/2010).

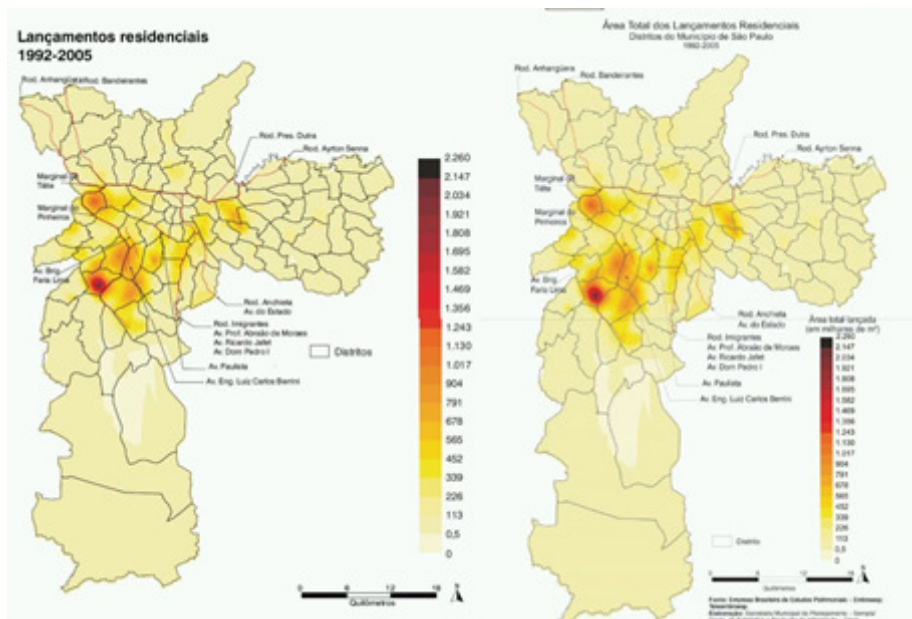


Figura 6. Lançamentos residenciais em número e em área no Município de São Paulo. (SEMPA. 2008).

relacionar no seio da mesma unidade funcional. Observamos, portanto, a ascensão de metrópoles dualizadas que segregam internamente as suas atividades, grupos sociais e culturas, embora os rearticulem em termos da sua interdependência estrutural. Estas metrópoles são verdadeiros ímãs a nível mundial, atraindo pessoas, capitais, cérebros, informações, materiais e energia, embora mantenham estanques os canais de funcionamento de todos estes elementos no tecido metropolitano concreto. Não estamos numa situação de crise e declínio, mas num processo de crescimento interativo entre elementos que se ignoram, quando de fato são parte integrante do mesmo sistema. Assistimos à emergência da esquizofrenia urbana. Ou, por outras palavras, a separação entre cidades e sociedade no interior do mesmo espaço.” (CASTELLS, 1984, p.11. grifo nosso)

Esquizofrenia urbana e globalizada que acelera e padroniza estruturalmente os lugares e contribui para o aumento da exclusão e da pobreza. Este fenômeno, por outro lado, oferece uma abertura para a insurreição, assim como foi refletida por Milton Santos em “*Por uma outra Globalização*” (SANTOS, M. 2000).

“O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. Crescentemente reunidas em cidades cada vez mais numerosas e maiores, e experimentando a situação de vizinhança (que, segundo Sartre, é reveladora), essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com freqüência podem se entregar



FIGURA 7: “Protesto ocupa faixa de ônibus na estrada do M’Boi Mirim”. Fonte: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/protesto-ocupa-faixa-de-onibus-na-estrada-do-m-boi-mirim-20100517.html>; “moradores protestam contra remoções”. Fonte: foto: Vagner Landi - <http://noticias.terra.com.br/vcreporter/>; “Moradores protestam contra obra que vai desalojar 2 mil famílias na zona sul de SP”, fonte: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/2010/08/moradores-protestam-contra-obra-que-vai-desalojar-2-mil-familias-na-zona-sul-de-sp>.

a manifestações que são a contraface do pragmatismo. Assim, junto à busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos. Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa.” (SANTOS, M. 2000, p.113. grifo nosso).

A DIFERENCIAÇÃO ESTRUTURAL E SOCIAL DE LUGARES URBANOS NA CIDADE GLOBAL

“Como sabemos, o mundo, como um conjunto de essências e de possibilidades, não existe para ele próprio, e apenas o faz para os outros. É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tomando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado. Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-

mundo, da qual são formas particulares”. (SANTOS. 2000, p.113).

A diferenciação estrutural e social de lugares urbanos, esse é o dado novo trazido com a globalização das cidades. Definimos “Lugar” como uma categoria de análise e fração do espaço geografizado onde as relações entre indivíduo e o mundo - a sociedade em que este está inserido - se manifestam de maneira concreta e objetiva. Nos dizeres de Milton Santos (1996) “*Os lugares deste ponto de vista podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo*” (1996, p.251) e de M. A. Souza (1995) “*Os lugares são verticalmente mundiais*” (apud SANTOS, M. 1996, p.251). Na sociologia moderna de Henri Lefebvre o Lugar é um “*topos*”, espaço objetivo de relações do indivíduo com o mundo e com outros lugares, classificado em “*iso-topia*” e “*hetero-topia*” (LEFEBVRE, 1999, p.45). A cidade global cria um paradoxo no seu território, ao mesmo tempo em que produz lugares que se tornam universais, também produz lugares exclusivos, contra-faces do pragmatismo empreendedor da nova governança liberal, assim como testemunhos de pendências históricas do desenvolvimento desigual das sociedades locais.

Este processo de exclusão de lugares urbanos tem como uma de suas origens as transformações ocorridas no processo produtivo do modo capitalista de produção a partir da segunda metade do século XX e sua respectiva influencia no governo e na governança urbana contemporâneos. De modo geral, muitos analistas urbanos datam o início da década de 1970 o período da transição do modelo de desenvolvimento urbano baseado em políticas administrativas de governo de fundo predominantemente estatal para a implantação de parcerias público-privado de fundo misto, acabando por consolidar de vez o

empreendedorismo na governança urbana. Empreendedorismo urbano este que, em grandes cidades dos países em desenvolvimento, têm como exemplo as experiências realizadas nas cidades norte-americanas e britânicas (HARVEY, 2006). Esta transição, dentre outros fatores, tem como motor principal as transformações ocorridas no Capitalismo após a década de 1950 e sua respectiva transição no modelo de acumulação e base produtiva assentada no sistema Fordista de organização da produção. Quando, por exemplo, analisamos estudos sobre a relação capital-trabalho e o ambiente da produção constata-se que desde o último quartel do século XX, vem ocorrendo uma transformação radical na planta industrial e na mão-de-obra da produção que, dentre outros motivos, é justificada através da modernização das empresas com o processo denominado de reestruturação e descentralização produtiva acompanhada da intensa tecnificação. Transformações estas que vários analistas passaram a denominar de “*Pós-fordismo*” ou “*Toyotismo*” (HARVEY, 1993; GOTTDIENER, 1983). A produção se desconcentrou e descentralizou, mas a ironia deste processo que, para muitos analistas poderia causar uma enorme crise fiscal, se encontra no fato de que, a cidade global do pós-fordismo, passou a concentrar enormes parcelas de capitais fixos e voláteis, com a predominância do setor de serviços e do controle financeiro. Cidade esta que continuou a mal distribuir o capital social gerado pela sociedade urbana, aumentando ainda mais as desigualdades intra-territoriais, interurbanas e regionais. No Caso da metrópole de São Paulo, este fenômeno foi muito bem analisado por Lencioni “*A indústria se desconcentrou territorialmente ampliando e adensando a área territorial da atividade industrial, mantendo a primazia da metrópole por meio do desenvolvimento e intensificação das atividades de controle do capital*

industrial” (LENCIONI, 2003, p.468). Esse processo de transição da governança para o domínio da administração público-privado do fundo público vem fazendo com que parte da sua população, sobretudo das áreas metropolitanas de países em desenvolvimento, seja discriminada na partilha dos bens urbanos vistos em equipamentos ligados a saúde, educação, transporte, saneamento, comunicação, etc. Como observamos anteriormente, pautadas pelo regime de concessões as empresas procuram maximizar lucros na distribuição de equipamentos e investimentos de bens pela cidade, acabando alguns setores por discriminar lugares no espaço urbano. Somam-se a esse processo liberal de discriminação de bens do consumo coletivo e distribuição desigual da riqueza social urbana, as variáveis históricas de exclusão do meio urbano, vistas nas diferenças de classe e origem social.

Esses processos do novo desenvolvimento urbano influenciado pela nova fase da acumulação capitalista, que ampara a nova governança urbana vêm se expandindo pelas cidades centrais dos países em desenvolvimento desde a década de 1990. A Globalização ao mesmo tempo em que as afirmam como cidades globais, impulsionando a reformulação de bases produtivas e organizacionais locais, contribuiu para o movimento de reinverções de capitais em migrar para parcelas do espaço mundial que detinham maior preparo para receber a nova demanda de capital ocioso. De modo geral esse capital migrou para as cidades de países em desenvolvimento que já detinham certa concentração do setor produtivo e econômico-financeiro local – migrou para as antigas macrocefalias urbanas do Terceiro Mundo. Constatou-se, já no início da década de 1990, que as cidades mundiais de países em desenvolvimento passaram a se enriquecer e entraram no fluxo dinâmico da economia global, porém, sem solucionarem seus

problemas históricos de desigualdade - fenômeno que acirrou os conflitos urbanos com o contínuo processo de globalização. Voltamos a citar o caso do município de São Paulo, em dados de 2004, detinha o 4º maior PIB do Brasil ficando atrás dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (SEMPA, 2007, p.18) (**Figura 8**).

Além de São Paulo, podemos citar a Cidade do México, Bogotá, Buenos Aires, Johannesburg, Mumbai, etc. Quando o geógrafo Milton Santos (1996) denunciava a “*globalização perversa*” envolvendo o espaço urbano, também

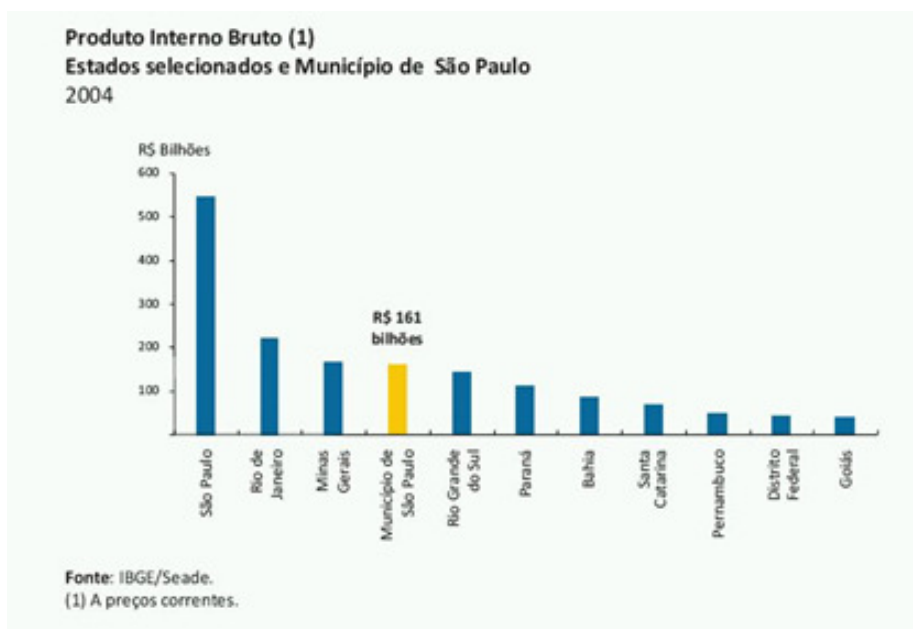


FIGURA 8: O município de São Paulo tornou-se o quarto maior PIB do Brasil, (SEMPA, 2007).

tinha como referência o rebatimento das transformações estruturais nas cidades globais dos países em desenvolvimento. Apontava o geógrafo, principalmente, para o fenômeno da involução metropolitana que incluía, dentre outros fatores, o aumento das classes médias ao lado de um crescimento ainda maior da pobreza urbana. David Harvey (2006), em 1989, já denunciava o processo de formação de uma nova classe de excluídos urbanos que estavam fora da benesse dos projetos da nova governança urbana.

O aumento da pobreza urbana, sobretudo na década de 1990, demonstra um processo que alguns analistas urbanos denominam de involução urbana: um aumento significativo da pobreza e das atividades econômicas pobres ao lado de relações pré-capitalistas e relações informais de economia (HARVEY, 2006; SANTOS, M. 2008). Mas recentemente este termo involução urbana passou a ser também denominado de “*involução metropolitana*” (SANTOS, M. 1994, 2008).

Analisando o caso das metrópoles brasileiras, Milton Santos (SANTOS, M. 1994, p.79) denominou de “*involução metropolitana*” o processo pelo qual as cidades médias, ou intermediárias, se desenvolvem economicamente enquanto a metrópole tem taxas de crescimento relativas menores. Dentro do processo que caracteriza a involução metropolitana está o aumento da capacidade de atração dos pobres pela metrópole, sendo a cidade incapaz de atender a demanda por trabalho. O caso de São Paulo é exemplar nos países em desenvolvimento. Esta metrópole atrai a população pobre do campo e das cidades intermediárias para servir potencialmente de mão-de-obra de baixo custo, ao mesmo tempo em que não consegue atender a demanda oferecendo postos de trabalho

remunerado à população autóctone. Por sua condição sócio-econômica essa população tende a procurar, na maior parte dos casos, determinados espaços urbanos que condigam com sua capacidade de obter renda e pagar pelo consumo de espaço e do lugar. Consideramos que o pagamento pelo consumo do espaço é determinante na localização das pessoas nas cidades capitalistas modernas, mesmo que, aqui, levamos em conta outros fatores correlacionados que influenciam na distribuição da população no espaço urbano, que fogem ao rigor econômico: como relações de solidariedade classista, religiosas ou parentesco. Espaços estes localizados nos tradicionais exemplos das periferias, bairros centrais deteriorados e áreas de risco. Acrescentamos a esta constatação o fato de São Paulo, no último quartel do século XX, também tem se caracterizado por receber imigrantes internacionais que procuram, sobretudo, os bairros centrais para residir e trabalhar, representados pelo migrante sul americanos como os bolivianos, paraguaios, peruanos; e os imigrantes além-mar, como os coreanos, chineses, árabes, africanos, etc. O ponto em comum nas duas vertentes imigratórias, a interna e a externa ao país, é o fato de que a cidade global cada vez mais as recebe com endereços e acomodações seletivas a sua condição social: étnica; política, religiosa e cultural.

Esse fenômeno que relaciona população e espaço no que diz respeito às desigualdades com que as classes sociais produzem e vivem no espaço também mudou nos países desenvolvidos, fato observado nas últimas décadas nas cidades mundiais de Londres e Nova York. Ao estudar a relação população e espaço urbano nas cidades americanas Peter Marcuse (1997) observou que os elos entre “raça” e espaço que definiam o gueto tradicional americano,

transformaram-se com o período pós-fordista dando origem ao que denominou de “*outcast ghetto*”, o gueto excluído. O gueto tradicional era caracterizado geralmente por ser habitado pela população de maioria negra. Gueto este um lugar excluído que, apesar de ser marginalizado em relação a sociedade dominante local, suas minorias tinham participação ativa nos meios de produção urbanos, isto é, tinham um papel importante a desempenhar na economia do espaço onde elas viviam, sendo pois, chamadas a participar da vida urbana como um todo, apesar do isolamento diferenciado. Por outro lado, o gueto excluído da cidade pós-fordista se tornou mais que um gueto marginalizado, pois é habitado principalmente por uma população de excluídos que têm cada vez menos acesso aos meios urbanos de produção, não mais possuem as condições de acesso a uma economia urbana evolutiva que os possibilitariam, como no passado, a ascender à melhor condição social, apesar das diferenças de classe, etnia, crenças e cultura em geral. Ao atentar para fenômenos como este Milton Santos em seu livro “*Por uma outra Globalização*” (2000) identificou que hoje vivemos o período do que denominou de “*pobreza estrutural*” (2000, p.69), isto é, uma pobreza trazida pela redução do valor de seu trabalho e as condições de acesso à benesses diante das modernizações trazidas com o processo de globalização.

Tal como no gueto e outros lugares excluídos do chamado mundo desenvolvido esse fenômeno também vem ocorrendo nas cidades mundiais dos países em desenvolvimento. Conhecemos de perto o caso de São Paulo, onde a falta histórica de um projeto de cidade e de políticas públicas de assentamento urbano faz com que suas periferias e bairros centrais de transição sejam cada vez mais alijados do acesso as riquezas urbanas. São fortes os exemplos de bairros inteiros

localizados nas periferias da cidade como Americanópolis, Campo Limpo, Ermilino Matarazzo, Cidade Tiradentes, etc., onde a falta crônica de equipamentos urbanos e a sua superpopulação acabam concentrando altos índices de conflitos e carências de viveres; assim como os bairros centrais da cidade, como o Brás, Bom Retiro, Pari, Glicério, que, apesar de não serem populosos, apresentam alto grau de deterioração de seus equipamentos, comprometendo também a qualidade de vida de seus moradores.

A cidade global liberal dos países em desenvolvimento vem acirrando os conflitos urbanos. Porém, desde a segunda metade da década de 1990 desenvolveram-se novos estudos, novas pesquisas e, sobretudo, novas representações das desigualdades no espaço urbano colaboraram para aprimorar a crítica dos analistas urbanos, além de que, também, passaram a ser utilizados como instrumento de informação e reivindicação da sociedade civil organizada.

A cidade mundial, cidade global liberal e empreendedora, desenvolvida na moderna sociedade urbana globalizada, sob a égide do novo processo de acumulação do capital, vem acirrando a desigualdade estrutural entre os lugares no que diz respeito ao produzir, ao habitar e conviver no perímetro urbano. Esta cidade gera uma desigualdade estrutural dos lugares no espaço urbanizado produzindo lugares urbanos modernos facilitadores da fluidez e acumulação do capital globalizado, e lugares urbanos escassos, entraves, ainda ligados a momentos anteriores da acumulação urbana – por exemplo, as rugosidades urbanas. Aqueles lugares urbanos conhecidos na história da urbanização como subúrbios, periferias, guetos, transições, enclaves, mudaram as feições que os caracterizavam até fins da década de 1970 (GOTTDIENER, 1983; HARVEY,

1993; MARCUSE, 1997; DAVIS, 2006). Esses lugares urbanos estão muito mais segmentados, dispersos e definidos do que antes, transformam-se cada vez mais em pequenas cidades dentro da cidade. Esse processo, bem caracterizado nos países desenvolvidos, está cada vez mais claramente se delineando nas cidades mundiais dos países em desenvolvimento, apesar de ainda nos depararmos com debates sobre a desigualdade urbana pautada em estudos clássicos de análise, o que acaba por gerar uma profusão de análises a-históricas e incompletas.

“O desenvolvimento da desigualdade desafia a construção de conceitos: exclusão social, inclusão precária, segregação territorial, informalidade, ilegalidade, e alimenta um debate sobre a ‘funcionalidade’ ou não do excesso de população para o capitalismo brasileiro ou a não aplicação do conceito marxista de exército industrial de reserva. À tradição secular de desigualdade social, a reestruturação produtiva internacional (tomando a expressão de Harvey), do final do século XX, acrescentou características mais radicais.” (MARICATO, 2003, p.152).

Análises das desigualdades espaciais urbanas, no período da globalização, surgiram nos estudos sobre a produção do espaço urbano já na década de 1980. Tornaram-se mais aparentes, do ponto de vista da representação empírica destas desigualdades, quando se desenvolveram instrumentos mais eficazes de medição e representação delas no espaço, usando imagens de satélites e mapas digitais, que foram associados às pesquisas sociais e econômicas. Na cidade de São Paulo, por exemplo, foram produzidos estudos como o *“Mapa da Exclusão/*

Inclusão Social”, de 1996 e 2002 (SPOSATI, 1996, 2002), o “*Município em Mapas*” (SEMPLA, 2006) e o “*Olhar São Paulo: contrastes urbanos*” (SEMPLA, 2007), dentre outros construídos a partir de informações levantadas pelo Sistema intra-urbano de monitoramento dos direitos humanos. Concomitante a essa tendência em se especializar fenômenos urbanos constituíram-se centros e grupos de pesquisa como o Centro de Estudos da Metrópole - CEM, ligado ao Cebrap; a rede de pesquisa “*Metrópole, desigualdades sócio-espaciais e governança urbana*”, financiados pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – Pronex, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que buscam comparar o desenvolvimento das metrópoles brasileiras.

Estudos como estes tornaram conceitos intelectuais como “*qualidade de vida*”, “*equidade*”, “*vulnerabilidade social*”, etc.; fazerem parte do vocabulário da administração pública e dos movimentos sociais urbanos. Do mesmo modo, originaram e explicitaram índices com números quase sempre negativos em lugares urbanos considerados excluídos, como as periferias. Por outro lado, uma vez apropriados pelos movimentos sociais urbanos, tornam-se também instrumentos para reivindicação dos direitos do cidadão. E nesse contexto, do acesso à informação, participação e mobilização, os lugares tornam-se potencialmente lugares de resistência contra a tendência à padronização, a homogeneização e as imposições verticais do espaço urbano globalizado.

Conclusão

A cidade mundial é uma cidade liberal que diferencia lugares urbanos modernos e lugares urbanos escassos. Lugares modernos, da moderna produção

social de espaço, dotados de objetos modernos, vistos nas infra-estruturas de apoio ao circuito de valores, mercadorias, pessoas e informações. Uma cidade que exige e direciona Infra-estruturas modernas de transporte (avenidas, pontes, túneis, ferrovias, aeroportos, etc.) e comunicação entre os setores da produção (fios, cabos, antenas, etc.). Os lugares urbanos escassos, predominantemente ligados a momentos anteriores da produção, onde as chamadas rugosidades espaciais (SANTOS, M. 1986) são presenças marcantes. Estes são lugares de resistência e de contra-ordem, contra verticalidades autoritárias e homogeneizadoras da produção e da sociedade, vistos nas manufaturas, nos designs construtivos assimétricos, comunidades tradicionais, relações de vizinhança, etc.

Essa cidade não apenas diferencia lugares, mas também segmenta, estratifica e desigualmente distribui a riqueza socialmente gerada. As riquezas geradas e agregadas ao espaço produzido, identificadas por analistas do fenômeno urbano moderno como “*Capital em Geral*”, “*Ambiente Construído*”, “*Configuração Territorial*” (CASTELLS, 1983; HARVEY, 1996; SANTOS, M. 1993, 2008), são cada vez mais desigualmente distribuídas. Trata-se de um processo que diferencia a produção (empresas, indústrias, serviços) e pessoas vêm acirrando a diferenciação estrutural e social no espaço urbano da metrópole globalizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. (1996). *Propostas e Compromissos*. Viva o Centro. São Paulo: Associação Viva o Centro/BM&F.
- CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. C. (2010). *O Estatuto da Cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades, 120p.

- CASTELLS, M. (2009). *A questão Urbana*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983. 4ª edição.
- CASTELLS, M. (1986). Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. *Espaço e debates*, 6(17): 05-23.
- CORRÊA, R. L. (2006). *O espaço urbano*. São Paulo: Ed. Ática.
- DAVIS, M. (2006). *Planeta Favela*. São Paulo: Ed. Boitempo.
- GOTTIDIENER, M. (1993). *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp.
- GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, S. (1996). *Geografia urbana num mundo em mutação*. In *Geografia Humana: Sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- HARVEY, D. (2006). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Ed. AnnaBlume.
- HARVEY, D. (1993). *A condição pós moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- HARVEY, D. (1993). *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC.
- HARVEY, D. (1982). O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, 6: 7-14.
- HUCHZERMEYER, M. (2004). Subsídios habitacionais e segregação urbana: uma reflexão sobre o caso da África do Sul. *Espaço e Debates*, 24(45): 47-60.
- IANNI, O. (2002). *As Ciências Sociais na Época da Globalização*. São Paulo: EDUSP.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DE SÃO PAULO – IPT. (2010). *Mapeamento das áreas de risco do município de São Paulo*. IPT/PMSP. http://www3.prefeitura.sp.gov.br/saffor_bueiros/FormsPublic/serv2AreasRisco.aspx. Acesso em 22/08/2012.
- LEBRET, P. J. L. (2004). Sondagem preliminar a um estudo sobre habitação em São Paulo - Fragmentos. *Espaço e Debates*. 24(45): 110-122.
- LEFEBVRE, H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes.
- LEFEBVRE, H. (2004). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. Humanitas-UFMG.

- MARCUSE, P. (1997). The enclave, the citadel, and the ghetto: what has changed in the Post-Fordist U.S. city. *Urban affairs review*, 33(2): 228-264.
- MARCUSE, P. (1997). The ghetto of Exclusion and the Fortified Enclave. *American Behavioral Scientist*. 4(3): 311-326.
- MARCUSE, P. (2004). Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. *Espaço e Debates*. 24(45): 24-34.
- MARICATO, E. (2003). Metrópole, legisla o e desigualdade. *Estudos Avançados*, 17(48): 151-166.
- MARX, K. (1995). Concep o Materialista da História. In: GARDNER, P. (Org.). *Teorias da História*. Lisboa, Portugal: Funda o Calouste Gulbenkian p.153-169.
- MARX, K. (1988). *O Capital*. Vol.1. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, M. (1980). *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP.
- MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. (2004). Entre a homogeneiza o e a diversidade: a segrega o socioespacial na metrópole belo-horizontina e as especificidades do eixo sul. *Espaço e Debates*. 24(45): 75-87.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. (1987). *A valoriza o do espaço*. São Paulo: Ed. HUCITEC.
- OADEER, M. A. (2004). Segrega o étnica em uma cidade multicultural, Toronto, Canadá. *Espaço e Debates*. 24(45): 34-47.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (2002). *Plano diretor*. In http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/plano_diretor/index.php?p=1386. PMSp. 212p. Acesso em 22/08/2012.
- PRÉTECEILLE, E. (2004). A constru o social da segrega o urbana: convergências e divergências. *Espaço e Debates*. 24(45): 11-24.
- QUINTO JÚNIOR, L. P. (2003). Nova legisla o urbana e os velhos fantasmas. *IEA-USP. Estudos Avançados*, 17 (47): 187- 196.

- REIS FILHO, N. G. (1994). *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços públicos*. São Paulo: Ed. HUCITEC.
- SABATINI, F.; CÁCERES, G.; CERDA, J. (2004). Segregação residencial nas principais cidades chilenas: tendências das três últimas décadas e possíveis cursos de ação. *Espaço e Debates*, 24(45): 60-75.
- SANTOS, M. (1996). *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. HUCITEC.
- SANTOS, M. (1994). *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo: Ed. HUCITEC.
- SANTOS, M. (1994). *Por uma Economia Política da Cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Ed. HUCITEC.
- SANTOS, M. (1991). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Ed. HUCITEC.
- SANTOS, M. (1990). *Metrópole Corporativa e Fragmentada: O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel/SEC.
- SANTOS, M. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel.
- SANTOS, M. (1986). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Ed. HUCITEC.
- SANTOS, M. (1982). *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Ed. HUCITEC.
- SANTOS, M. P. (2000). O Bom Retiro: uma paisagem paulistana. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, USP/FFLCH/DG.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO - SEMPLA. (2006). *O município em mapas*. São Paulo: DIPRO/SEMPA. http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/indices_sociais/. Acesso em 29/08/2012.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO - SEMPLA. (2007). *Olhar São Paulo: contrastes urbanos*. São Paulo: DIPRO/SEMPA. http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/contrastos_urbanos/. Acesso em 29/08/2012.
- SEABRA, O. C. L. (1996). A insurreição do uso. In: MARTINS, J.S. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Ed. HUCITEC.

- SOUZA, M. A. (1989). *A identidade da Metrópole: a verticalização em São Paulo*. Tese de livre docência. São Paulo, SP. DG/FFLCH/USP.
- SPOSATI, A.; TORRES, H.; PASTERNAK, S.; VILLAÇA, F.; KOWARICK, L.; SCHOR, S. (2004). Debate: A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. *Espaço e Debates*, 24 (45): 87-109.
- TOLEDO, B. L. (1981). *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Ed. Duas Cidades.
- WORLD BANK. (2010). *Connecting to compete: Trade Logistics in the Global Economy: The Logistics Performance Index and Its Indicators*. The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank. 1818 H Street NW. http://siteresources.worldbank.org/INTTLF/Resources/LPI2010_for_web.pdf. Acesso em 22/08/2012.